



UFSM

Artigo Monográfico de Especialização

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM EDUCAÇÃO
ESPECIAL**

Luciana Machado da Silva de Azevedo

CAPÃO DA CANOA, RS, Brasil

2010

FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

por

Luciana Machado da Silva de Azevedo

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação Especial.**

**CAPÃO DA CANOA, RS, Brasil
2010**

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e
Educação de Surdos

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo Monográfico de
Especialização

FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

elaborado por
Luciana Machado da Silva de Azevedo

como requisito parcial para obtenção do grau de

Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de
Surdos

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. Reinoldo Marquezan
(Presidente/Orientador)

Profª Ms. Tais Guareschi

Profª Dda. Vaneza Cauduro Peranzoni

CAPÃO DA CANOA, RS, Brasil
2010

RESUMO

Artigo de Especialização
Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e
Educação de Surdos
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

AUTOR: Luciana Machado da Silva de Azevedo

ORIENTADOR: Prof. Dr. Reinoldo Marquezan

CAPÃO DA CANOA

A inclusão educacional fez com que todos os professores refletissem sobre as implicações existentes deste novo modelo de escola. No contexto escolar esta nova concepção de educação reflete no projeto político-pedagógico, nas regras disciplinares explícitas e implícitas, na concepção de avaliação e nas formas de organização da mesma, e assim por diante. Quanto as práticas do professor, o reflexo se sobressai sobre o cotidiano escolar, efetivamente, estilos de aula, tipos de avaliação, tipos de relacionamento entre os diferentes atores do contexto escolar, organização dos espaços de recreação e esportes, organização das salas, agrupamentos das turmas e assim sucessivamente. A questão da reflexão cotidiana sobre a autoria do fazer pedagógico é uma atividade que se percebe, por exemplo, na capacitação docente, tomada sob a responsabilidade de variadas redes de educação; e, portanto, é possível visualizar o reconhecimento pelas mesmas da importância de participar da formação dos professores.

Palavras chaves: Formação de professores. Inclusão. Cotidiano escolar.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	3
2. CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO	6
3. REFERENCIAL TEÓRICO	7
EXPLORANDO A LEGISLAÇÃO.....	9
ENTREVISTA COM PROFESSORES.....	12
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	15
5. REFERÊNCIAS	17
ANEXOS	18

1. APRESENTAÇÃO

A pessoa com necessidades especiais tem o direito à educação em escolas da rede regular de ensino (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, artigo 58), tem o direito a uma educação de qualidade e ao atendimento especializado de que precisa. Portanto é imprescindível um estudo aprofundado das legislações federais e municipais para compreender a forma como está sendo promovida a formação continuada e capacitação de professores da rede regular de ensino.

Acredito que a prática docente, independente do aluno com que trabalhamos, é uma arte, a arte de criar, recriar, inventar, reinventar... Porém para que seja possível por em prática tantas ações do cotidiano escolar é necessário que o professor atue num espaço que propicie estes momentos. Um espaço que possua condições de amparar, valorizar e qualificar o trabalho do professor.

Para que o professor possa explorar de forma construtiva a educação inclusiva é necessário que conheça as verdadeiras condições das escolas para receber alunos com necessidades especiais. A especialização em práticas educativas a serem desenvolvidas junto a esses alunos pouco auxiliará se os órgãos públicos não disponibilizarem de formações e especializações para que isso ocorra.

Para que a inclusão ocorra de forma completa e significativa é imprescindível que as instituições de ensino da rede regular sofram modificações arquitetônicas e pedagógicas para atender a todos as pessoas com necessidades especiais, oferecendo um ambiente que proporcione o desenvolvimento de habilidades e aprendizagens.

Consciente da minha missão enquanto educadora e atenta aos direitos humanos enquanto cidadã preocupo-me inevitavelmente com a educação especial, que tem voltada para si a atenção do profissional da educação quanto a sua inclusão nas escolas regulares. Justificando assim meu interesse quanto ao estudo das práticas educativas na educação especial.

Para desenvolver tal pesquisa segui a linha de pesquisa: ***Formação de Professores em Educação Especial.*** Pois apesar de acreditar que de fato a inclusão é a melhor via para uma educação de qualidade, sinto-me despreparada para tal função e na escola onde atuo ainda não atendemos a pessoas com necessidades especiais.

Meu objetivo com esta pesquisa é conhecer as reais condições de professores e demais profissionais da educação para desenvolverem seus trabalhos numa escola inclusiva. Conhecendo as atuais condições das escolas da rede regular de ensino do município em que atuo para o acolhimento e atendimento dos alunos deficientes.

O tema de pesquisa justifica-se através das minhas ansiedades em relação à educação inclusiva, apesar de acreditar que é através da inclusão que se desencadeia valores indissociáveis como igualdade e diferença, é visível a falta de formação e informação dos profissionais da educação, e este é um tema bastante discutido nas reuniões pedagógicas na escola que atuo.

Esta pesquisa mostra num âmbito geral como está sendo promovido a formação continuada de professores, bem como, o comprometimento dos profissionais da educação em buscar especializações para capacitarem-se para a educação inclusiva. Para que esta pesquisa se realizasse busquei embasamento nas leis municipais, estaduais e nacionais que regem a educação inclusiva.

Para melhor registrar o material coletado durante a pesquisa distribuí os dados de forma a descrever o referencial teórico subdividindo-o em duas etapas: ***Explorando a legislação*** e ***Entrevista com professores***.

2. CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO

Esta pesquisa é uma investigação qualitativa de cunho etnográfico, onde o objetivo é descrever, interpretar e compreender o acolhimento da educação inclusiva dentro das escolas regulares. O campo de pesquisa é bem amplo, estende-se por toda a rede de ensino municipal e também aos segmentos responsáveis por tais instituições, buscando através da observação direta e falas dos profissionais da educação identificar de que forma esta ocorrendo a inclusão educacional.

A coleta de dados se fez através de estudos a materiais impressos e informações concedidas pela Secretaria Municipal de Educação em visitas a mantenedora além de ter como instrumento de pesquisa conversas e debates com professores que atuam em escolas onde a educação inclusiva já acontece e para maior aprofundamento, estudos bibliográficos do tema de pesquisa e entrevistas com professores.

O objetivo da entrevista realizada com professores da rede municipal de Capão da Canoa, atuantes de escolas inclusivas e não inclusivas é de identificar as motivações e incentivos pelos quais os mesmos são levados a buscar cursos de capacitação em educação especial.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

A escola, espaço de construção de conhecimentos e de desenvolvimento de valores, deve ter como uma de suas propostas contribuir para a transformação da sociedade no sentido de torná-la menos desigual. As diferenças devem ser vistas como semeadoras de transformações, ao invés de serem vistas como obstáculos. E a inclusão educacional vem mobilizando debates e questionamentos em torno de sua efetividade e condições didático-pedagógica de desenvolver-se com qualidade.

Ao se falar em diferenças configura-se o respeito às características próprias de cada indivíduo e dos grupos aos quais ele pertence. Dessa forma, faz-se necessário planejar a escola para atender às diferentes modalidades de vida e aprendizagem, colaborando para a formação de um indivíduo cidadão. Para tal planejamento é necessário primeiramente compreender o que é a inclusão.

Precisamos reconhecer também a necessidade de uma formação de professores que atenda às necessidades e aos desafios impostos pelo paradigma da educação para todos (UNESCO, 1994). Ou seja, o professor deve ser formado ou capacitado de maneira a saber mobilizar seus conhecimentos, articulando-os mediante ação e reflexão teórica-prática.

A partir da nova realidade vivida nas escolas cabe ao professor buscar uma formação que o auxilie a adequar-se ao novo modelo de educação. Esta especialização é indispensável para que o professor possa atender as especificidades de cada aluno, respeitando suas limitações e exaltando suas qualificações.

O conceito de formação é tomado aqui, não só como uma atividade de aprendizagem situada em tempos e espaços limitados e precisos, mas também como ação vital de construção de si próprio (NÓVOA, 1995).

Inclusão é o tema mais polêmico das salas de professores de milhares de escolas em todo o nosso país, há aqueles que acreditam e defendem a inclusão, no entanto há, também, professores que são totalmente contra a inclusão de pessoas com necessidades especiais a rede regular de ensino. Após inúmeras discussões e observações com professores e demais profissionais envolvidos na educação, identifica-se a falta de esclarecimentos e compreensão a respeito da forma como se dá a inclusão educacional. O fato é que muitos são os educadores que reconhecem a inclusão como um procedimento imposto pelo MEC (Ministério da Educação), o que torna o tema em questão uma disputa de poderes.

Explorando a legislação

Em relação à legislação, destaco, inicialmente, a Lei de Diretrizes e Bases Nacionais da Educação Brasileira (LDB 9394/96), a qual, no capítulo dedicado à formação de professores, assinala os fundamentos metodológicos, os tipos de modalidade de ensino, bem como as instituições responsáveis pelos cursos de formação inicial dos professores. Estabelece ainda, no artigo 13, as incumbências dos professores, independentemente da etapa escolar em que atuam, a saber:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II – elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

III – zelar pela aprendizagem dos alunos;

IV – estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento;

V – ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

VI – colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Neste artigo fica claro algumas das competências a serem desenvolvidas na formação inicial, e aperfeiçoadas na formação continuada de professores, além da docência, estariam as de planejamento e gestão, incluindo-se aí uma habilidade para atuar como mediador de relações entre escola, família e comunidade.

Destaco também a resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

Partindo do consenso de que o professor deve assumir e saber lidar com a diversidade existente entre os alunos, reafirmo a necessidade da melhoria da formação de professores como condição premente para a inclusão dos alunos, sendo a formação continuada e a especialização do professor indispensável à inclusão.

O MEC juntamente com o SEESP (Secretaria de Educação Especial) formulou em 2007 o documento intitulado: “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”, desenvolvido com o objetivo de nortear o trabalho pedagógico dos educadores. Neste documento fica clara a visão e a postura adotada pelo Ministério da

Educação: “O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando sem nenhum tipo de discriminação.” (MEC/SEESP, 2007).

A partir desta perspectiva a inclusão vai além das paredes de uma sala de aula, o ponto de partida é a escola, mas o olhar reflexivo está em busca de uma sociedade mais justa, menos discriminatória. A educação inclusiva encaminha-se para uma inclusão social onde igualdade e diferença são valores indissociáveis, mas como assegurar a pessoas com necessidades especiais, que os mesmos receberão um atendimento especializado, respeitando suas especificidades, se nas escolas regulares são muitos os professores que ainda não foram capacitados para trabalhar com estes alunos?

Cabe ao MEC proporcionar a formação continuada e a capacitação dos professores, assim como previsto no Decreto Nº 6.571, de 17 de Setembro de 2008, Artigo 3º, que decreta ao Ministério Público prestação de apoio técnico e financeiro a “formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado” (inciso II) e a “formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação inclusiva” (inciso III).

No entanto é preciso que os professores das redes estaduais e municipais busquem junto a Secretaria de Educação Especial (SEESP)

programas que promovam a especialização profissional para se adequarem a nova perspectiva educacional, na qual prioriza a inclusão de pessoas com necessidades especiais a rede regular de ensino.

Entrevista com professores

Em entrevistas com 11 professores de escolas regulares de ensino, identifiquei que todos têm formação superior com especializações e/ou cursos de formação continuada, podendo afirmar que há um grande interesse por parte destes profissionais em continuar aprimorando-se.

Este resultado aponta para a necessidade de uma formação continuada em serviço desses professores para a efetivação com qualidade da educação inclusiva. A formação de professores é um aspecto relevante a implementação da proposta inclusiva.

Oito dos professores entrevistados fizeram ou estão fazendo especializações na área da educação especial, estes afirmam que foram incentivados pelos colegas que já possuíam formação em educação especial, além dos incentivos vindos das direções escolares e da própria secretaria municipal de educação.

Na entrevista questioneei quem havia proporcionado os cursos de especialização na área, apenas dois professores afirmaram terem feito via particular enquanto que os demais apontaram a secretaria municipal de

educação e o Ministério da Educação (MEC) como fontes que proporcionaram tal formação. Diante desta realidade posso afirmar que há um investimento por parte dos órgãos públicos para que a inclusão se realize nas escolas de nosso município.

Os professores que possuem ou estão cursando especialização na área da educação especial afirmam que o que os motivou foi:

I – a importância da atualização dos profissionais para melhor atender os alunos incluídos;

II – a falta de experiência na área, o sentimento de insegurança e despreparo para receber alunos com necessidades especiais em sala de aula;

III – por trabalhar em uma escola inclusiva;

IV – para complementar a formação inicial;

V - qualificar a prática profissional;

VI – o número cada vez maior de alunos incluídos na rede regular de ensino.

A procura por cursos e formações em educação inclusiva deve-se, também, a evidência de que os professores não se sentem capacitados para receber em suas salas de aula pessoas com necessidades especiais, apesar de acreditarem nos méritos da inclusão.

Entretanto as respostas dadas pelos professores que não se motivaram a buscar uma formação dentro da educação inclusiva incluem a falta de tempo por causa de jornadas de trabalho extensas e o sentimento de falta de preparo para atuar na área. Esta última resposta pode ser facilmente refletida sobre a questão do interesse pessoal de cada professor, pois para que ele se sinta preparado a atuar na educação inclusiva este precisa buscar capacitações pertinentes a área.

Esta postura profissional é preocupante, já que bem ou mal alunos estão sendo incluídos e cada vez mais as salas de aula se diversificam. Em outras palavras, trata-se de uma inclusão precarizada.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propus-me, com esta pesquisa, refletir sobre uma formação de educadores que contemple um olhar inclusivo em sua prática. Algumas questões foram levantadas a partir desta reflexão, questões legislativas e investigativas, questões das quais me lancei à reflexão. Ao final deste artigo, como não poderia deixar de ser, cheguei a algumas indagações, muito mais do que afirmações, que são dignas de maior atenção tanto por parte de legisladores quanto pesquisadores.

Uma das primeiras indagações que me ocorrem é: será que um dia conseguiremos que todas as nossas escolas, sucessivamente todas as salas de aula, possam ser ambientes inclusivos? E se esta for conseguida: será que todos os professores estarão devidamente preparados para tal realidade de forma a desenvolver seu trabalho em prol de uma educação que promove a igualdade?

A inclusão se faz em processo e, como tal, seu entendimento deve ser compartilhado entre todos os envolvidos, que por sua vez, assumirão o papel de atores nesta construção.

É necessário investir no desenvolvimento de práticas que levem a inclusão, através do desenvolvimento de situações de ensino e aprendizagem que estimulem a mudança de uma cultura excludente.

Em síntese, o exercício de uma proposta de inclusão em educação requer uma refinada capacidade de pensar sobre o pensar, agir e sentir na prática pedagógica. Quais os problemas enfrentados? De que forma eu os percebo e como os outros percebem? Que informações eu necessito para compreendê-lo em profundidade? Que estratégias posso construir para mobilizar pessoas e recursos para resolvê-lo? As soluções encontradas foram adequadas? Quais os acertos? Quais as falhas? O que tem que ser modificado?

Independentemente do caminho adotado, cabe ao professor tomar consciência dos próprios erros, estar aberto às infinitas possibilidades existentes nos sistemas de idéias e admitir que a subjetividade e a racionalidade não estão dissociadas. Cabe, ainda, lembrar que o professor sozinho não faz a inclusão. A política sozinha não faz a inclusão. Inclusão se faz junto e para isto tem que ter coragem.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº6. 571, de 17 de setembro de 2008

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2007.

NÓVOA, ANTÔNIO. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, ANTÔNIO. (Org.). Os professores e sua formação. Portugal: Dom Quixote, 1995.

UNESCO. Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas em Educação Especial, 1994.

ANEXOS

Entrevista

1) Qual sua formação profissional?

ensino médio

ensino superior

especialização

mestrado

doutorado

2) Já fizestes algum curso de formação continuada ou especialização? Em que área?

sim

orientação

não

supervisão

psicopedagogia

ed. Infantil

ed. Especial

3) Você recebeu algum incentivo a procurar um curso de formação continuada na área de educação especial? De quem?

sim

não

4) Se já fizestes alguma especialização ou curso de formação continuada na área da educação especial. Quem lhe proporcionou a formação?

Secretaria municipal de educação

Secretaria estadual de educação

Ministério da educação

5) O que o motivou ou desmotivou a procurar uma especialização na área de educação especial?
